



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ESTADO DO PIAUÍ

Projeto Prisões Livres  
de Tuberculose

DEPEN  
2021

# Sumário

<b>1. Apresentação</b> .....	04
<b>2. Projeto Prisões Livres de Tuberculose</b> .....	05
2.1. Eixo 1: Campanha Nacional de Educação em Saúde.....	07
2.2. Eixo 2: Apoio à organização e Gestão dos Fluxos de Assistência à Saúde.....	08
2.3. Eixo 3: Ações de Oferta de Saúde.....	09
<b>3. O Apoio Institucional e a Mobilização Social no âmbito do projeto</b> .....	10
<b>4. Cenário COVID-19</b> .....	11
<b>5. Pesquisa: A experiência de saúde em comunicação - A Campanha Prisões Livres de Tuberculose</b> .....	12
<b>6. Atuação do Projeto no Estado do Piauí</b> .....	14
<b>7. Encaminhamentos e pactuações no Estado do Piauí</b> .....	18
<b>8. Conclusão</b> .....	19
<b>Anexos</b> .....	20

# Ficha Técnica

## Realização

Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Departamento Penitenciário Nacional  
Diretoria de Políticas Penitenciárias  
Coordenação-Geral de Cidadania e Alternativas Penais  
Coordenação de Saúde  
Fundação Oswaldo Cruz – Gerência Regional Brasília  
Núcleo de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas

# 1. Apresentação

---

O presente relatório tem por objetivo relatar as ações pactuadas no Projeto Prisões Livres de Tuberculose, parceria estabelecida entre o Departamento Penitenciário Nacional e a Fundação Oswaldo Cruz, com o apoio técnico do Ministério da Saúde.

Espera-se com este documento, apresentar aos gestores estaduais e municipais, as principais atividades organizadas e executadas durante toda a vigência do instrumento pactuado entre as instituições federais mencionadas, de modo que as informações aqui prestadas sirvam de referência aos gestores locais, bem como aos demais leitores a quem possa o tema interessar.

É importante destacar que o público-alvo desta ação, de forma inovadora, envolveu os servidores penitenciários, as pessoas privadas de liberdade e seus familiares.

Com isso, se faz necessário registrar as ações realizadas no projeto, para que haja um estímulo à continuidade das ações pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de modo que se torne uma política pública de ação continuada.

## 2. Projeto Prisões Livres de Tuberculose

O Projeto Prisões Livres de Tuberculose, surgiu a partir do Termo de Execução Descentralizada nº 08/2017 firmado entre o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/Brasília). O instrumento denominado Projeto Prisões Livres de Tuberculose, destinou-se a realizar uma campanha nacional de educação em saúde com foco principal na tuberculose e no HIV, e ainda no apoio à reorganização dos fluxos e procedimentos intra e extramuros da rede de atenção à saúde no sistema prisional. Foram investidos R\$ 27,5 milhões em recursos do Fundo Penitenciário Nacional para a realização das atividades em todas as Unidades da Federação e no Sistema Penitenciário Federal.

As ações previstas pelo projeto alcançaram, basicamente, três públicos distintos: servidores penitenciários, pessoas privadas de liberdade e seus familiares. Nesse sentido, o projeto introduz no contexto da execução das políticas públicas no sistema prisional o conceito de “comunidade carcerária”, ampliando o olhar da atenção à saúde não somente para as pessoas presas, mas para todos aqueles que de alguma forma interagem com a rotina prisional. Essas ações foram divididas nos seguintes eixos de atuação:



O Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Depen/MJSP), em colaboração ao Ministério da Saúde (MS) tem por missão prezar pela saúde da população privada de liberdade do país. Um dos eixos principais das atividades executadas referiram-se ao fomento de atividades de educação em saúde e do diagnóstico e tratamento precoce de doenças infectocontagiosas como a tuberculose, HIV, hepatites, sífilis e outros.

Ante ao exposto, apesar do cuidado em ampliar o financiamento para a extensão do SUS ao sistema prisional, nos deparamos com condições físicas em estabelecimentos penais que favorecem a propagação da tuberculose. Por outro lado, trata-se de uma doença de transmissão

aérea, em que o investimento em recursos humanos é um dos fatores determinantes para estabelecer as recomendações de controle da doença e para buscar ativamente, diagnosticar e tratar, precocemente, todos os casos identificados.

Além disso, a falta de acesso aos meios diagnósticos sensíveis e a falta de informação sobre a doença por parte da comunidade carcerária, favorecem a sua propagação dentro e fora das prisões. Profissionais de saúde e da área de segurança, familiares e a comunidade local de retorno do preso após a liberdade, também estão sob o risco de adoecer e perpetuar a doença entre seus pares.

No âmbito do projeto, a utilização de recursos de comunicação e a disseminação de informações qualificadas e de fácil entendimento, por meio de uma campanha de tuberculose desenvolvida especificamente para o sistema prisional, com o envolvimento de todos os públicos da comunidade carcerária, contribuíram para incentivar a mudança de comportamento, a defesa da saúde, o aumento do conhecimento sobre a doença e sobretudo, a redução do estigma e preconceito causados por ela.

A ideia central do projeto foi a execução de ações de educação em saúde entre pares e da campanha de comunicação para a comunidade carcerária (profissionais de saúde e da área de segurança, pessoas presas e familiares), com a ampliação, a qualificação e o apoio ao conhecimento sobre tuberculose e coinfeção com outras doenças importantes ao sistema prisional e, ainda, o fomento ao diagnóstico e ao tratamento oportuno. Para tanto, foram implementados modelos colaborativos para o desenvolvimento da campanha, formação dos participantes, governança das ações e registro compreensivo do processo.

As ações do projeto foram instituídas pela união conjunta da Coordenação de Saúde do Depen/MJSP e do Núcleo de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas da Fiocruz, que por sua vez tem a expertise de desenvolver atividades no campo da saúde, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico, a qual possui reconhecida capacidade técnica e operacional na organização de cursos de especialização, programas de educação e a produção tecnológica de serviços e insumos estratégicos.

O apoio técnico na realização das atividades do projeto, ocorreu por meio da parceria com o Ministério da Saúde, especialmente pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) que orientaram e acompanharam as atividades realizadas. A atuação conjunta, em âmbito federal, permitiu que no âmbito estadual/distrital as Secretarias Estaduais, Municipais e Distrital de Saúde, implementassem as ações de maneira coordenada com as Secretarias Estaduais responsáveis pela Administração Penitenciária.

É preciso destacar que em junho de 2018 foi realizado um amplo evento de lançamento do Projeto Prisões Livres de Tuberculose, com a apresentação das atividades previstas e das parcerias instituídas. Destaca-se, de maneira especial, a pactuação das ações com as Secretarias

Estaduais responsáveis pela Administração Penitenciária e com as Secretarias Estaduais, Municipais e Distrital de Saúde, que aceitaram o desafio de observar seus fluxos de acesso à saúde e organizá-los de forma a ampliar e qualificar essa oferta.

Ademais, o projeto foi acompanhado por uma pesquisa, que seguiu todo o processo de implementação da campanha, para a elaboração de sínteses compreensivas do seu processo de consolidação/implementação e para a elaboração de um catálogo de tecnologias e recomendações para a consolidação de práticas de comunicação em saúde correlatas à comunidade carcerária.

## 2.1. Eixo 1: Campanha Nacional de Educação em Saúde

A campanha nacional de educação e comunicação em saúde foi desenvolvida para promover uma comunicação sensível, que qualifique as informações direcionadas à comunidade carcerária sobre TB, TB-HIV e acesso à saúde de forma integral. As estratégias de comunicação e educação em saúde foram construídas a partir de uma perspectiva colaborativa, valorizando a escuta de todos os públicos envolvidos.

Para identificar as necessidades específicas dos sujeitos envolvidos, foram realizados grupos focais com a população privada de liberdade, profissionais de saúde e profissionais de segurança. Com os familiares da população privada de liberdade ainda foram realizadas conversas nas portas de entrada das unidades prisionais.

De modo a auxiliar as atividades de educação em saúde e de sensibilização, foram distribuídos materiais informativos para mais de 1.500 unidades prisionais do país, incluindo as Penitenciárias Federais. É possível conhecer todos os materiais no site: <https://www.prisoeslivresdetb.com.br/materiais> e ainda os reproduzir para dar continuidade às ações de educação em saúde.

Ainda neste eixo foi possível criar a ferramenta do Teatro-Fórum. Este instrumento foi constituído a partir de situações extraídas do cotidiano das unidades prisionais e transformadas em cenas teatrais virtuais. As cenas retratadas abordaram questões de segurança, saúde, rotinas das pessoas privadas de liberdade e a forma de organização dos processos de saúde, especialmente de diagnóstico e tratamento da tuberculose realizados pelos profissionais que atuam diretamente com o público beneficiário do sistema. Objetivou-se com a realização dessa atividade a busca pela reflexão e incentivo desses profissionais, incentivando-os a adotarem uma postura colaborativa para a identificação de pessoas com sintomas e encaminhamento para a unidade de saúde prisional.

Para conhecer melhor a estratégia do Teatro-Fórum ou Teatro-Digital, como denominamos a partir das necessidades que surgiram com a pandemia da COVID-19, acesse o Manual: <https://www.prisoelivresdetb.com.br/teatro-forum>

## 2.2. Eixo 2: Apoio à organização e Gestão dos Fluxos de Assistência à Saúde

As ações de apoio à organização e gestão dos fluxos de assistência à saúde objetivam implementar estratégias entre administração penitenciária e instâncias locais para garantir atenção integral à saúde da população privada de liberdade. Neste eixo, a articulação intra e intersectorial foi de extrema importância para qualificar os fluxos intra e extramuros de prevenção, busca ativa, diagnóstico laboratorial, acompanhamento e tratamento da tuberculose. Para garantir viabilidade e sustentabilidade das atividades do projeto, todas as Unidades da Federação foram instadas a construir, de forma compartilhada, planos de trabalho com indicadores e metas corresponsabilizadas. Os planos de trabalho idealizam ações de: i) educação em saúde; ii) entrega de materiais informativos específicos para cada público-alvo; iii) organização das atividades do Teatro-Fórum voltado aos trabalhadores; iv) apoio à implementação do Centro Diagnóstico de Tuberculose Intramuros; e v) atividades de atenção à saúde. Detalham ainda as rotinas e os fluxos próprios de cada território, considerando a tríade: sistema prisional, rede estadual e municipal de saúde.

Ainda a partir do eixo 2 do projeto, consta a elaboração de curso EAD sobre saúde prisional, em parceria com a Escola de Governo da Fiocruz, e que busca capacitar e sensibilizar os profissionais que atuam nas unidades prisionais, em especial profissionais de segurança e de saúde, quanto às características da oferta dos serviços de saúde e ainda as principais informações sobre as doenças e agravos mais prevalentes entre a população privada de liberdade. Foi desenvolvido ainda outro curso acerca da metodologia do Teatro-Digital, que visa apresentar detalhadamente a estratégia e orientar para que possa ser replicado nos espaços das unidades prisionais.

Os cursos e seus materiais podem ser acessados através da plataforma da Escola de Governo da Fiocruz: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/cursos>.

## 2.3. Eixo 3: Ações de Oferta de Saúde

As ações de oferta de saúde foram realizadas a partir da articulação com a atenção básica, programas de tuberculose e outros parceiros estratégicos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios com o objetivo de detectar e tratar precocemente a tuberculose entre a comunidade carcerária.

Importa destacar que foram executadas ações diretamente pelo Depen, com apoio da equipe do projeto, para a implantação do Centro de Diagnóstico de Tuberculose em 37 unidades prisionais, de modo a qualificar os espaços de saúde com equipamentos de diagnóstico de tuberculose para identificar e tratar precocemente. Idealmente os centros são compostos dos seguintes itens: Teste Rápido Molecular para TB (TRM-TB); Microscópio; Cabine de Segurança Biológica; Autoclave; Bico de Bunsen; Vórtex; Geladeira; Ar condicionado; Caixa Térmica; Centrífuga. Em 2020, parte dos equipamentos foram doados para Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Houve também, em decorrência da pandemia do novo Coronavírus, a aquisição emergencial e doação direta aos entes de insumos de saúde para conter a disseminação da COVID-19 nas unidades penitenciárias que compõem o Sistema Penitenciário Nacional. Todas as medidas adotadas pelo Depen podem ser consultadas em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/acoes-contrapandemia>.

### 3. O Apoio Institucional e a Mobilização Social no âmbito do projeto

---

Para a execução do projeto, devido a sua complexidade em organizar ações realizadas em conjunto com as Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária e com as Redes de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde dos Estados e Municípios, foram instituídos o Apoio Institucional e a Mobilização Social em todas as Unidades da Federação.

As atividades realizadas pelos Apoiadores Institucionais e Mobilizadores Sociais, que em geral, tiveram início em outubro de 2018 e dezembro de 2018, respectivamente, previam a operacionalização da implementação da campanha de comunicação e educação em saúde com todos os públicos-alvo e ainda a execução de atividades de apoio à organização e o fortalecimento da rede de atenção à tuberculose no sistema prisional junto aos parceiros locais. Destaca-se que as atividades desempenhadas no Piauí pelo Apoiador Institucional perduraram até junho de 2021 e dos Mobilizadores Sociais até julho de 2020. As funções desempenhadas como Apoiador Institucional no estado do Piauí, conforme acima descritas, foram representadas inicialmente pela Sra. Ellyvannda Moraes, logo em seguida pela Sra. Naila Juliana Ferreira Araújo.

Além das funções desempenhadas pelo apoiador institucional, o projeto teve a atuação do mobilizador social, o qual teve o papel de atuar nas atividades direcionadas às ações de educação em saúde realizadas na fila de espera das unidades prisionais. O estado do Piauí contou com a atuação de três mobilizadores sociais, sendo o Sr. João Caio Silva Castro Ferreira, Sr. Evaldo Costa Lima e Sra. Raiza Sousa Lima.

## 4. Cenário COVID-19

Nos anos de 2020 e 2021, marcados pela pandemia da COVID-19, houve a necessidade de criação de estratégias de enfrentamento nas unidades prisionais. Por essa razão, as atividades do projeto foram reorganizadas para adequação ao contexto da pandemia.

Como já mencionado, todas as ações executadas pelo DEPEN podem ser consultadas no site e especialmente por meio do Relato de Experiência publicado pela Revista Brasileira de Execução Penal - v. 2 n. 1 (2021): Dossiê “Saúde no Sistema Prisional” - Política Pública, Assistência à Saúde e a Pandemia de COVID-19 <http://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/issue/view/5/11>, que sintetiza parte destas ações realizadas.

Contudo, é preciso destacar as atividades destinadas à elaboração de material técnico e educativo sobre a COVID-19, com o apoio de um Médico Infectologista, e ainda no auxílio nas aquisições de insumos de saúde e de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), com posterior acompanhamento e orientações de uso.

Além disso, foi realizada Oficina Nacional (virtual) sobre as alterações impostas pela pandemia da COVID-19 com novas orientações sobre a dispensação e utilização dos materiais, bem como novas atividades necessárias ao cumprimento do projeto. Houve, também, a realização de 07 Oficinas Regionais (virtual) para orientações e acompanhamento das atividades em cada Unidade da Federação, com ampla participação das unidades prisionais.

## 5. Pesquisa: A experiência de saúde em comunicação - A Campanha Prisões Livres de Tuberculose

No escopo do projeto foi prevista a realização de uma pesquisa para monitoramento das ações realizadas, na perspectiva de apresentar ao final de sua execução, relatório contendo apontamentos importantes de avaliação.

A pesquisa de implementação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fiocruz Brasília em 25 de janeiro de 2019 e suas atividades foram parcialmente suspensas no início de 2020 em decorrência da pandemia, quando seriam iniciadas as atividades de pesquisa in loco para coleta de dados junto a representantes dos públicos-alvo da Campanha Prisões Livres de Tuberculose.

Devido ao agravamento da pandemia em todo o país, identificou-se que não seria possível realizar a pesquisa tal como foi concebida no início do projeto, considerando que os pesquisadores não teriam acesso às unidades prisionais em razão da suspensão de visitas, atividades grupais e entrada de pessoas externas nas unidades por decisão das Secretarias de Segurança Pública dos estados. Nesse sentido a pesquisa precisou ser redimensionada para uma pesquisa teórico conceitual, um registro de caráter descritivo aliado a sínteses compreensivas do processo de consolidação/implementação da campanha e, por fim, com caráter propositivo para elaboração de um catálogo de tecnologias e recomendações para a consolidação de práticas correlatas para o contexto da cibercultura.

>>> As alterações no escopo da pesquisa foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em maio de 2021. A pesquisa foi redesenhada sob a luz de quatro dimensões complementares: i) historiar a campanha considerando os materiais e processos comunicacionais; ii) compor quadros compreensivos dialógicos acerca da concepção e implementação da campanha, considerando a incorporação de estratégias comunicacionais pelo contexto da pandemia do coronavírus (2020-21); iii) ampliar o escopo analítico para a esfera teórico conceitual contemplando práticas de educação e comunicação em saúde no ambiente prisional indexadas na literatura científica (esfera nacional e internacional) e diálogos com especialistas da temática; e, iv) consolidar diálogos com ex-detentos e familiares sobre suas experiências relacionadas à promoção da saúde no ambiente prisional, seguida de registro de suas percepções sobre os materiais da campanha em tela.

Em suma, a pesquisa buscou descrever e analisar ações e práticas de comunicação e educação em saúde voltadas para a comunidade carcerária, gerando subsídios para o aprimoramento das práticas desenvolvidas pelo Depen/Fiocruz e a criação de um catálogo de práticas comunicacionais inovadoras para a saúde do sistema prisional. O relatório da pesquisa, quando finalizado, será disponibilizado em meio aberto para consulta por meio do link: [https://dadosdepesquisa.fiocruz.br/dataverse/Fiocruz\\_BSB](https://dadosdepesquisa.fiocruz.br/dataverse/Fiocruz_BSB)

É importante registrar ainda que no âmbito do projeto foi realizada a Curadoria de Experiências em Saúde Prisional (CESP) para identificar, selecionar e destacar experiências do trabalho em Saúde Prisional. As experiências selecionadas visam construir um espaço de memória, um lugar onde os profissionais poderão encontrar inspirações e soluções para as ações no cotidiano, em especial aquelas relacionadas às estratégias educativas e comunicativas em Saúde Prisional. As boas práticas podem ser acessadas em [www.prisoelivresdetb.com.br/cesp](http://www.prisoelivresdetb.com.br/cesp)

## 6. Atuação do Projeto no Estado do Piauí

A execução do projeto no Estado do Piauí deu início a partir de um levantamento feito por meio de diagnóstico situacional de todas as atividades desenvolvidas, com o objetivo de levantar informações de como estavam as unidades que sofreram intervenção por meio dos apoiadores institucionais. O diagnóstico foi fundamental para entender como as unidades se organizavam, suas governabilidades, exemplos: adesão à PNAISP, equipe de saúde, capacidade e estrutura física, busca ativa – detecção, fluxo da rede laboratorial, tratamento medicamentoso, seguimento e acompanhamento dos casos em tratamento, ações de saúde do trabalhador, e, organização e gestão assistencial.

A articulação do projeto aconteceu com vários atores envolvidos - como equipe de enfermagem, bioquímica, diretor penitenciário, equipe técnica, chefe de segurança, vice-diretor penitenciário, administradores, policiais penais, pessoas privadas de liberdade (PPLs), familiares das pessoas privadas de liberdade. Cada ator com o seu protagonismo e execução das atividades.

A atuação do Apoiador Institucional e dos Mobilizadores Sociais auxiliaram na implementação da campanha de comunicação e educação em saúde, na organização e fortalecimento da rede de atenção à tuberculose no sistema prisional junto aos parceiros locais, intervindo no processo de trabalho de forma interativa e estabelecendo mecanismos de cogestão.

As unidades objeto do Projeto Prisões Livres de Tuberculose no Estado do Piauí foram: Penitenciária Professor José Ribamar Leite e Penitenciária Feminina de Teresina.

As atividades planejadas na unidade foram executadas de acordo com suas realidades, junto aos mobilizadores sociais e demais colaboradores da campanha, com atividades de educação em saúde para a População Privada de Liberdade, profissionais de segurança e familiares.

Foram identificados alguns desafios ao longo do projeto, dentre elas a educação em saúde nas filas para os visitantes/familiares, no entanto ao longo do tempo foram desenvolvidas estratégias para a aproximação com esse público. As atividades foram assertivas, como ações de educação em saúde com os PPLs na distribuição de material e rodas de conversas.

Com vistas a realização das atividades, das quais envolveram vários atores, atribui-se corresponsabilidade desses órgãos governamentais com a saúde do sistema prisional, no sentido de elencar estratégias para a revisão de políticas públicas, elaboração de novas políticas públicas, monitoramentos, avaliações e ações estratégicas.

Além das pactuações, houve a entrega dos materiais da campanha nas unidades da Penitenciária Professor José Ribamar Leite e Penitenciária Feminina de Teresina e demais unidades do estado. Oportunamente, na entrega dos materiais, idealizou-se a realização de

ações de educação em saúde e rodas de conversas, execução de coleta de escarro quando solicitado pelos PPLs ou servidores das unidades prisionais, bem como campanhas de busca ativa dentro das unidades.

As atividades do projeto no Estado do Piauí deram início no mês de janeiro de 2019, com a reunião de planejamento com os mobilizadores sociais e coordenação local de Tuberculose para as próximas ações e realização de intervenções em filas com os familiares para apresentação do projeto.

Houve, no decorrer do ano de 2019, reuniões com a Supervisão de Tuberculose do Estado para a realização de capacitações voltadas para o sistema prisional.

No segundo semestre de 2019, houve a participação do Estado do Piauí na Oficina Regional Nordeste com demais apoiadores de outras Unidades da Federação e representantes estaduais da administração penitenciária e da saúde, que aconteceu em Fortaleza/CE. O objetivo da Oficina Regional foi o de elaboração do Plano de Trabalho das ações futuras do projeto, por meio de pactuações que serão desenvolvidas pelo estado, a partir das características e singularidades de cada região.

A partir do primeiro semestre de 2020 deu-se início a verificação do material da campanha pertinente a remessa I, a qual destinava-se às unidades prisionais pactuadas no projeto.

Segundo dados extraídos dos relatórios mensais da plataforma do projeto (<https://admin.tbprisoos.com.br>), as ações de educação em saúde foram realizadas nas unidades prisionais: Penitenciária Professor José Ribamar Leite e Penitenciária Feminina de Teresina sendo uma delas a realização de atividades educativas nas filas de visitas bem como a continuidade das atividades com policiais penais e profissionais de saúde.

Realizou-se atividades educativas com as pessoas privadas de liberdade de forma presencial também nas unidades prisionais: CDP de Altos, CPA de Altos e Colônia Agrícola Major César Oliveira ( Altos-PI); Penitenciária Irmão Guido ( Teresina- Piauí); Penitenciária Luiz Gonzaga Rebelo (Esperantina-PI) e nas demais unidades foram realizadas reuniões de forma remota com profissionais de saúde para apresentação e orientações de uso dos materiais.

Foram realizadas conversas com a supervisão de tuberculose do Estado, setor NDN (Núcleo de Doenças Negligenciadas), Fundação Municipal de Saúde (FMS) de Teresina e Universidade Federal do Piauí, na busca de parcerias para desenvolvimento de atividades do projeto.

Com o advento da pandemia do novo coronavírus, no mês de abril de 2020 as ações estavam suspensas, sendo que ocorreram a entrega dos materiais da campanha nas unidades: Penitenciária Professor José Ribamar Leite e Penitenciária Feminina de Teresina (remessa I) e

demais unidades do Estado (remessa II).

As estratégias de comunicação e educação em saúde foram realizadas especificamente na Penitenciária Professor José Ribamar Leite e Penitenciária Feminina de Teresina, contudo, o projeto direcionou materiais educativos para todas as unidades prisionais do Estado do Piauí.

Realizou-se distribuição de materiais e a continuidade das medidas de segurança do COVID-19 para profissionais de saúde e segurança.

Foram identificados alguns desafios ao longo do projeto, dentre elas a educação em saúde nas filas para os visitantes/familiares, no entanto ao longo do tempo foram desenvolvidas estratégias para aproximação com este público.

As atividades foram assertivas como ações de educação em saúde com os PPLs na distribuição de material e rodas de conversas.

No Estado do Piauí as atividades de intervenção em fila foram realizadas no período de março de 2019 a fevereiro de 2020, após isso, as atividades tiveram de ser interrompidas devido a pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

A estratégia de apoio à gestão e organização de fluxos é fundamental para o adequado acesso à saúde no sistema prisional. Foram realizadas oficinas regionais destinadas à construção de plano de trabalho para a condução das ações estaduais e municipais a respeito das atividades do projeto nas unidades prisionais e também para a definição de fluxos e procedimentos locais para o controle da tuberculose no sistema prisional. Participaram das oficinas regionais os representantes das Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária, das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, os apoiadores institucionais do Projeto e ainda as equipes técnicas do DEPEN, Ministério da Saúde e Fiocruz.

<b>Cronograma Geral</b>		
<b>Regional</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>
Sul	6 a 8 de agosto	Florianópolis/SC
Sudeste	13 a 15 de agosto	São Paulo/SP
Sudeste	20 a 22 de agosto	Belo Horizonte/MG
Centro-Oeste	27 a 29 de agosto	Brasília/DF
Nordeste	10 a 12 de setembro	Aracajú/SE
Nordeste	17 a 19 de setembro	Fortaleza/CE
Norte	24 a 26 de setembro	Brasília/DF

No Anexo I é possível conhecer o Plano de Trabalho desenhado pela equipe do Estado do Piauí. Sugere-se que as metas e os desafios apontados no documento sejam novamente pactuados entre os parceiros locais de forma a dar continuidade às ações necessárias ao enfrentamento da tuberculose no sistema prisional.

As equipes de saúde que atuam no sistema prisional piauiense possuem características e problemas diferentes, parte dos presídios do estado não possuem equipes vinculadas ao SUS (PNAISP) o que dificulta o fluxo de diagnóstico e tratamento. O principal problema está na cidade de Teresina onde não há suporte por parte do município para realização de exames e tratamento, bem como há uma dificuldade de encaminhamentos para as referências secundária e terciária. Os exames são realizados via LACEN, sem envolvimento do município, porém, esse acordo por muitas vezes é prejudicado pela dificuldade que os profissionais de saúde dos presídios têm para fazer o cadastro do exame do preso no sistema GAL.

Em relação ao tratamento, nas unidades de Teresina foi acordado que os profissionais de saúde atuantes nas UP, após o diagnóstico do interno, preenchem a ficha de investigação e encaminham diretamente ao NDN da FMS para o recebimento da medicação, esse acordo garante o recebimento do medicamento, mas não garante os exames de controle mensal nem a integralidade das ações de saúde uma vez que o interno, por muitas vezes, não consegue acessar outros pontos da atenção à saúde e quando consegue é através de favores e arranjos realizados por profissionais atuantes no sistema prisional ou quando tem seu quadro agravado e precisa ir ao serviço de urgência e emergência.

Diante do exposto verifica-se que as ações desenvolvidas pelo projeto foram muito importantes para a conscientização da problemática tuberculose no sistema prisional, verificou-se no período de desenvolvimento das atividades do projeto que muitos policiais penais não tinham conhecimento principalmente em relação ao tratamento e transmissibilidade da doença, outro ponto importante foi o trabalho com a família, com ênfase na questão de esclarecer aos familiares que a família é um grande suporte para o interno durante o tratamento bem como na identificação dos sintomas. Um ponto bastante destacado por eles foi a presença do uso de materiais educativos.

Reforça-se que com todo trabalho realizado para educação em saúde com a família de internos, policiais penais e profissionais de saúde voltados para a tuberculose há uma necessidade urgente de mobilização com os gestores para que façam a adesão a política prisional e assim o interno diagnosticado com tuberculose e outras patologias possam ter seu acompanhamento assegurado em todos os níveis de atenção.

## 7. Encaminhamentos e pactuações no Estado do Piauí

No decorrer das atividades do projeto foram realizadas diversas ações, dentre elas a entrega dos materiais do projeto, os quais foram destinados às unidades do Penitenciária Professor José Ribamar Leite e Penitenciária Feminina de Teresina, além dos materiais destinados às demais unidades prisionais do Estado do Piauí, bem como a execução de coleta de escarro quando solicitado pelos PPLs ou servidores das unidades prisionais e campanhas de busca ativas dentro das unidades.

Para além das atividades executadas e ações futuras planejadas aduz-se que haja corresponsabilidade dos órgãos governamentais com a saúde do sistema prisional, com o elenco de estratégias para a revisão da política pública prisional, elaboração de novas políticas públicas, monitoramentos, avaliações, ações estratégicas e que também haja articulação intersetorial.

A seguir são apresentadas sugestões de futuras ações que podem ser executadas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado do Piauí, em parceria com outras instituições a nível local:

- Acesso aos familiares (para que se dissemine a ampliação do conhecimento sobre a TB e a coinfeção TB/HIV e demais agravos, por meio de estratégias de educação entre pares em intervenções em fila de espera para as visitas sociais em unidades prisionais, efetivando um espaço de participação comunitária e mobilização social).
- Formação de promotores PPLs, para que esses desenvolvam atividades de qualificação das demais pessoas privadas de liberdade, auxiliando nos processos de oferta das ações de saúde das unidades prisionais.

## 8. Conclusão

As ações de educação em saúde e a campanha de comunicação para a comunidade carcerária visam ampliar, qualificar e apoiar o conhecimento sobre tuberculose e coinfeção com outros agravos, além de orientar a respeito do diagnóstico e tratamento oportunos.

Durante o exercício de 2020, as atividades finais do projeto seriam executadas em sua completude, e não restam dúvidas sobre os impactos que a pandemia da COVID-19 trouxe no cumprimento dos prazos estabelecidos. As atividades do Departamento Penitenciário Nacional e da Fundação Oswaldo Cruz/Brasília e, principalmente, a rotina das unidades prisionais em cada Unidade da Federação, foram alteradas e até mesmo suspensas em determinados casos, como foi o caso das atividades presenciais - visitas familiares, atividades de capacitação, entre outras.

Esse cenário atingiu diretamente a execução do projeto, por consistir em ações que seriam realizadas especificamente nas unidades prisionais, alcançando os servidores, pessoas presas e familiares. Apesar dos ajustes para a manutenção parcial das ações, ainda restam atividades programadas pendentes de execução.

Ressalta-se ainda que alguns contratos internos à Fiocruz/Brasília, responsáveis pela entrega de materiais e serviços, foram suspensos em razão dos decretos estaduais, que limitaram o funcionamento de determinados setores produtivos como estratégia de redução da proliferação da COVID-19. A suspensão das atividades refletiu diretamente nos prazos de entregas dos materiais e serviços da campanha educativa.

Importa destacar que todas as informações pertinentes ao Projeto estão disponíveis no site: <https://www.prisoelivresdetb.com.br/materiais>, ali é possível verificar detalhadamente todas as ações executadas no instrumento pactuado.

# Plano de Trabalho do Estado do Piauí

Eixo	Descrição
<b>1. Comunicação e educação em saúde</b>	<b>1. Comunicação e educação em saúde:</b> O objetivo principal deste eixo é a difusão de informações direcionadas à comunidade carcerária sobre TB, coinfeção TB/HIV e acesso à saúde, utilizando os materiais da campanha de comunicação, além de outras estratégias de educação à distância e outros recursos locais.
	<b>1.1. Educação em saúde para os profissionais de saúde e segurança:</b> Promover a qualificação e a sensibilização de profissionais que atuam em unidades prisionais, ampliando o conhecimento sobre a TB e desconstruindo mitos e preconceitos relacionados à doença. Por meio de estratégias de educação permanente em saúde (presenciais e virtuais), as atividades com esses profissionais visam subsidiar o aprimoramento de práticas e a transformação do processo de trabalho em relação à TB e TB/HIV no sistema prisional. As ações de qualificação devem alcançar todos os profissionais das unidades prisionais, como assistentes sociais, psicólogos, professores, entre outros. Devem ainda extrapolar as atividades programadas pelo Projeto Prisões Livres de Tuberculose (2017/2020), sendo realizadas inclusive em outras unidades prisionais.
	<b>1.2. Educação por pares para os familiares:</b> Promover a qualificação e a sensibilização dos familiares das pessoas privadas de liberdade, ampliando o conhecimento sobre a TB e a coinfeção TB/HIV. Espera-se promover a disseminação de informações qualificadas sobre a doença, suas formas de transmissão, sintomas, diagnóstico e tratamento, por meio de estratégias de educação entre pares em intervenções em fila de espera para as visitas sociais em unidades prisionais, efetivando um espaço de participação comunitária e mobilização social.
	<b>1.3. Educação em saúde através da escola para pessoas privadas de liberdade:</b> Promover a qualificação e a sensibilização das pessoas privadas de liberdade, ampliando o conhecimento sobre a TB e a coinfeção TB/HIV. Espera-se promover a disseminação de informações qualificadas sobre a doença, suas formas de transmissão, sintomas, diagnóstico e tratamento. Promover ainda efetivo destaque às pessoas privadas de liberdade em tratamento da tuberculose, associando desfechos de cura nos casos detectados.
	<b>1.4. Formação das pessoas privadas de liberdade como promotores de saúde:</b> Promover atividades de qualificação das pessoas privadas de liberdade que atuam como agentes promotores de saúde, auxiliando nos processos de oferta das ações de saúde das unidades prisionais.

Eixo	Descrição
<p><b>2. Organização e gestão de fluxos de assistência à saúde</b></p>	<p><b>2. Organização e gestão de fluxos de assistência à saúde:</b>  O objetivo principal deste eixo é promover a atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade, fomentando a elaboração de estratégias entre a administração penitenciária e as instâncias locais para melhoria do acesso à ações e serviços da rede de saúde envolvidos na atenção à TB e coinfeção TB/HIV.  Visa ainda fortalecer a atenção à saúde do trabalhador, com foco no controle da TB.</p>
	<p><b>2.1. Organização de fluxos de diagnóstico com a rede de assistência à saúde para a pessoa privada de liberdade - Intramuros e Extramuros:</b>  Identificar eventuais lacunas e boas práticas desenvolvidas nos territórios, de modo a fomentar a elaboração de estratégia para reordenação da rede de atenção à tuberculose no sistema prisional, considerando o contexto epidemiológico e a estrutura da rede de serviços de cada localidade.  Construção de protocolos acerca dos fluxos locais que envolvem a demanda de atendimento das pessoas privadas de liberdade intramuros e extramuros.</p>
	<p><b>2.2. Atividades de equipes multidisciplinares:</b>  Desenvolver atividades voltadas aos profissionais para alinhamento e pactuação conjunta de procedimentos entre os setores e serviços intramuros, com o objetivo de qualificar o atendimento e a comunicação entre os profissionais das equipes de saúde e segurança (acesso das pessoas presas a equipe de saúde, estratégias para situações transferência, soltura, casos de abandono, TB multirresistente).</p>
	<p><b>2.3. Gestão da informação para fortalecimento da vigilância epidemiológica:</b>  Qualificação dos instrumentos de registro e notificação de modo a gerar dados fidedignos que auxiliem no planejamento e na tomada de decisões para construção das ações.</p>
<p><b>3. Ofertas de ações em saúde</b></p>	<p><b>3. Oferta de ações em saúde:</b>  Desenvolver nos territórios em relação às ações de detecção, diagnóstico e tratamento, considerando o processo de trabalho dos profissionais e as ofertas da rede de assistência - ações de Rastreamento, procedimentos específicos, saúde do trabalhador.</p>
	<p><b>3.1. Saúde do trabalhador para os profissionais de saúde e segurança:</b>  Desenvolver a sensibilização para a realização de exames admissionais e periódicos como rotina nas unidades prisionais, de modo a contemplar todos os profissionais que atuam junto às PPL. Alinhamento de orientações sobre os encaminhamentos para exames de diagnósticos e tratamento adequado, visando ao cuidado à saúde integrada.</p>

Eixo	Descrição
<p><b>3. Ofertas de ações em saúde</b></p>	<p><b>3.2. Rastreamento dos sintomáticos respiratórios com oferta do testes rápidos para a população privada de liberdade e trabalhadores:</b></p> <p>Fomentar a organização de atividades periódicas que possibilitem o rastreamento de sintomáticos respiratórios, de acordo com as orientações da Política Nacional de Controle de Tuberculose, voltadas à detecção, diagnóstico, tratamento e desfecho, no momento do ingresso e entre a população encarcerada.</p>

# 1. Comunicação e Educação em Saúde

O objetivo principal deste eixo é a difusão de informações direcionadas à comunidade carcerária sobre TB, coinfeção TB/HIV e acesso à saúde.

## 1.1. Educação em saúde para os profissionais de saúde e segurança

Ação:	Estratégias e procedimentos adotados:	Atores responsáveis:
Ações de qualificação e formação continuada	<ul style="list-style-type: none"><li>Capacitar 100% dos profissionais que atuam dentro do sistema prisional nas ações de controle da TB e coinfeção TB-HIV, buscando aumentar a sensibilidade de detecção de casos em tempo oportuno, garantindo imediata acessibilidade ao diagnóstico e tratamento.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>SEJUS</li><li>SESAPI</li><li>Apoiador</li></ul>
Uso dos materiais da campanha	<ul style="list-style-type: none"><li>Otimizar o uso dos materiais da campanha, garantindo o uso exclusivo para os atores envolvidos (PPLs, profissionais de saúde e segurança e familiar).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>SEJUS</li><li>SESAPI</li><li>Apoiador</li></ul>

## 1.2. Educação por pares para os familiares

Ação:	Estratégias e procedimentos adotados:	Atores responsáveis:
Uso dos materiais da campanha	<ul style="list-style-type: none"><li>Otimizar o uso dos materiais da campanha, garantindo o uso exclusivo para os familiares).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>SEJUS</li><li>SESAPI</li><li>Apoiador e mobilizadores do projeto</li></ul>

## 1.3 Educação em saúde através da escola para pessoas privadas de liberdade

Ação:	Estratégias e procedimentos adotados:	Atores responsáveis:
Uso dos materiais da campanha	<ul style="list-style-type: none"><li>Mobilizar e sensibilizar os educadores que atuam no sistema prisional no projeto prisões livre de tuberculose.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Educadores do sistema prisional</li><li>Apoiador</li></ul>

## 1.4 Formação das pessoas privadas de liberdade como promotores de saúde

Ação:	Estratégias e procedimentos adotados:	Atores responsáveis:
PPL como multiplicadores de saúde	<ul style="list-style-type: none"><li>• Capacitar e sensibilizar os PPLs que tenham interesse para atuarem como agentes promotores da saúde.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• SEJUS e PPLs</li><li>• SESAPI</li><li>• Apoiador</li></ul>

## 2. Organização e Gestão de Fluxos de Assistência à Saúde

O objetivo principal deste eixo é promover a atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade, fomentando a elaboração de estratégias entre a administração penitenciária e as instâncias locais para melhoria do acesso às ações e serviços da rede de saúde envolvidos na atenção à tuberculose e coinfeção TB/HIV. Visa ainda fortalecer a atenção à saúde do trabalhador e familiares, com foco no controle da TB.

Protocolo de fluxos e procedimentos da rede local:

### 2.1. Busca de Sintomáticos Respiratórios - Regional

Ação:	Estratégias e procedimentos adotados:	Atores responsáveis:
Rastreamento em massa	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer rotina semestral de educação em saúde em tb dentro do pavilhão com identificação dos sintomáticos respiratórios.</li> <li>Verificar junto ao LACEN a possibilidade de realizar a sorologia das ISTs durante o rastreamento da tuberculose.</li> <li>Examinar com baciloscopia os sintomáticos respiratórios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>SEJUS</li> <li>SESAPI</li> <li>LACEN</li> <li>Profissionais de saúde da unidade</li> </ul>
Busca ativa no ingresso	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer protocolo de porta de entrada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>SEJUS</li> <li>Profissionais de saúde da unidade prisional</li> </ul>
Busca passiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitar a equipe de saúde da unidade prisional em manejo clínico da tuberculose com ênfase para o sistema prisional, com enfoque na melhoria da resposta de diagnóstico e tratamento, de acordo com o preconizado pelo ministério da saúde.</li> <li>Elaborar e aprimorar instrumentos (ficha de anamnese) para acompanhar e monitorar os casos detectados.</li> <li>Aprimorar as estratégias de educação em saúde voltadas para o agente penitenciário e o PPLs.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>SEJUS</li> <li>SESAPI</li> <li>Equipe de saúde prisional</li> </ul>

## 2.1. Busca de Sintomáticos Respiratórios - Regional

Ação:	Estratégias e procedimentos adotados:	Atores responsáveis:
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ofertar e aconselhar os PPLs sobre a importância do teste sorológico para hiv para todos os pacientes de tb.</li> <li>Avaliar contato dos casos positivos.</li> <li>Estabelecer rotina para diagnóstico.</li> </ul>	
Avaliação de contatos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar todos os contatos de caso positivo identificados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe de saúde da unidade prisional</li> </ul>
PVHIV	<ul style="list-style-type: none"> <li>Orientar o PVHIV sobre a sintomatologia da tb durante as consultas de acompanhamento.</li> <li>Orientar sobre a importância de tomar a medicação para hiv de forma adequada, para evitar possíveis complicações.</li> <li>Implantar o tratamento para ILTB para os PVHIV.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>SEJUS</li> <li>SESAPI</li> <li>Equipe de saúde prisional</li> </ul>

## 2.2. Diagnóstico da TB Sensível e Resistente

Ação:	Estratégias e procedimentos adotados:	Atores responsáveis:
Encaminhamento e processamento de amostras clínicas: baciloscopia, teste rápido molecular, cultura, teste de sensibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilização de recipiente para coleta de bk.</li> <li>Estabelecer rotina dentro da unidade prisional para a coleta e envio de amostras em caixas térmicas para o laboratório de referência.</li> <li>Trabalhar a formação em baciloscopia de forma permanente e continuada para o componente de diagnóstico.</li> <li>Implantar e implementar o laboratório para o diagnóstico da tb dentro da unidade prisional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>SEJUS</li> <li>SESAPI</li> <li>Equipe de saúde prisional.</li> </ul>
Encaminhamento de exames radiológicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir a realização de raio x extramuros para o PPLs.</li> <li>Criar rotina junto a equipe de segurança para a escolta do PPLs até o local de realização do exame.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>SEJUS</li> <li>SESAPI</li> <li>Equipe de saúde prisional</li> </ul>

## 2.2. Diagnóstico da TB Sensível e Resistente

Ação:	Estratégias e procedimentos adotados:	Atores responsáveis:
Comunicação de resultados e tomada de decisão clínica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer estratégia de negociação para agilizar a comunicação do resultados de tb.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• SEJUS</li> <li>• SESAPI</li> </ul>
Notificação de casos e registro de informações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Anotar o sintomático respiratório no livro de registro.</li> <li>• Anotar no livro de registro de casos os diagnosticados com tb.</li> <li>• Aprimorar o sistema de informação e registro de forma a permitir a avaliação do desfecho do tratamento.</li> <li>• Estabelecer rotina na avaliação dos dados do SINAN, no sentido de manter a completude e confiabilidade dos indicadores.</li> <li>• Realizar notificações dos casos no SINAN (UP com PNAISP)</li> <li>• Encaminhar o PPL diagnosticado com TB à UBS do território do presídio para realização de notificação do caso.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipe de saúde da unidade prisional</li> <li>• Equipe da UBS do território do presídio.</li> </ul>
Realizar a vigilância da Infecção latente da tuberculose - ILTB	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar os profissionais da equipe da unidade prisional em ILTB com enfoque para o sistema prisional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• SESAPI</li> <li>• SEJUS</li> <li>• Programa Estadual de Controle da Tuberculose (PECT)</li> </ul>

## 2.3. Seguimento clínico nos casos confirmados

Ação:	Estratégias e procedimentos adotados:	Atores responsáveis:
Tratamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir o tratamento de todos os casos de TB diagnosticado no sistema prisional, por meio da dispensação da medicação, orientação sobre a doença e acompanhamento da equipe de saúde.</li> <li>Envolver o familiar, quando possível, na condução do tratamento buscando a adesão do mesmo, evitando que o PPL abandone o tratamento, principalmente em casos de saída do sistema prisional.</li> <li>Implementação de estratégia de supervisão de tratamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe de saúde prisional</li> <li>Equipe de saúde da ABS</li> <li>Agentes penitenciários</li> <li>Familiares</li> </ul>
Tratamento diretamente observado - TDO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar protocolo para TDO do PPL três vezes por semana pela equipe de saúde prisional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe de saúde prisional</li> <li>Agentes penitenciários</li> </ul>
Tratamento diretamente observado em casos de droga resistência	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar protocolo para TDO do PPL três vezes por semana pela equipe de saúde prisional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe de saúde prisional</li> <li>Agentes penitenciários</li> </ul>
Exames de controle	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar exames de controle em todos os pacientes em tratamento da TB.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe de saúde da unidade prisional</li> <li>Agentes penitenciários (escolta)</li> <li>LACEN</li> </ul>
Porta de saída e transferências	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acordar junto aos agentes e diretores de presídios para - evitar a transferência de PPL durante o tratamento, em caso de transferências inevitáveis, criar protocolo de transferência interna entre unidades prisionais.</li> <li>Criar protocolo de porta de saída para comunicação da UBS de tratamento do PPL sobre a sua saída no sistema prisional, evitando abandono do tratamento.</li> <li>Reforçar com o PPL durante o tratamento a importância de dar continuidade após a porta de saída.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>SEJUS</li> <li>Equipe de saúde prisional</li> <li>Agentes penitenciários (escolta)</li> <li>Familiares</li> </ul>

## 2.4. Desfechos

Ação:	Estratégias e procedimentos adotados:	Atores responsáveis:
Cura	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alta e encerramento do caso no sistema.</li> <li>Comunicar a UBS o encerramento do tratamento, em caso de equipe não pactuada na PNAISP.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe de saúde prisional</li> <li>UBS</li> </ul>
Abandono	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer os vínculos familiares para adesão ao tratamento.</li> <li>Garantir apoio da a equipe multiprofissional para adesão ao tratamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe de saúde prisional</li> <li>UBS</li> <li>Familiares</li> </ul>
Internação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Encaminhamento ao hospital de referência, no caso de TB e HIV. Os casos de internação por TB é realizado no hospital geral.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe de saúde prisional</li> <li>Agentes penitenciários (escolta)</li> <li>Hospital</li> </ul>
Óbito	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicar a UBS o óbito para encerramento do caso no sistema.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe de saúde prisional</li> <li>Agentes penitenciários (escolta)</li> <li>UBS</li> <li>Serviço psicossocial</li> </ul>

### 3. Oferta de Ações em Saúde

#### 3.1 Saúde do trabalhador para os profissionais de saúde e segurança

Ação:	Estratégias e procedimentos adotados:	Atores responsáveis:
Implantar programa de prevenção de TB para profissionais que atuam como a PPL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar através de exames periódicos todos os profissionais que trabalham com esta população, solicitando raio x de controle, prova tuberculínica e outros tais, como: HIV e ISTs</li> <li>Manutenção do esquema de imunização a todos os profissionais que atuam no presídio.</li> <li>Criar a carteira de controle para esses profissionais.</li> <li>Implantar a CIPA (comissão interna de prevenção de acidentes dentro da Secretaria de Justiça)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>SEJUS</li> <li>SESAPI</li> </ul>

#### 3.2 Rastreamento dos sintomáticos respiratórios com oferta dos testes rápidos para a população privada de liberdade e trabalhadores

Ação:	Estratégias e procedimentos adotados:	Atores responsáveis:
Realizar busca de casos de TB	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificação dos sintomáticos respiratórios.</li> <li>Realização de exames como baciloscopia para sintomáticos respiratórios entre outros como (TRM, HIV e ISTs).</li> <li>Notificações dos casos novos na ficha de notificações do SINAN.</li> <li>Garantir o acompanhamento e tratamento dos casos suspeitos e confirmados do PPL e do trabalhador.</li> <li>Realizar ação de educação em saúde com enfoque na sintomatologia da doença tanto para o PPL como para o profissional que atua no sistema prisional.</li> <li>Realizar busca ativa no familiar do PPL e dos profissionais no caso de TB positivo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>SEJUS</li> <li>SESAPI</li> <li>LACEN</li> <li>CEREST (centro de referência da saúde do trabalhador)</li> </ul>

## Referências

Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil, 2018.

Resolução 2, de 29 de outubro de 2015, que apresenta recomendações que visam à interrupção da transmissão do HIV, das hepatites virais, da tuberculose e de outras enfermidades entre as pessoas privadas de liberdade.

Resolução CNPCP nº 4, de 18 de julho de 2014, que aprova as Diretrizes Básicas para Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional e revoga a Resolução nº 7, de 14 de abril de 2003.

Resolução 11, de 07 de dezembro de 2006, que estabelece as diretrizes básicas para detecção de casos de tuberculose entre ingressos no Sistema Penitenciário nas unidades da Federação, como parte do previsto pela Lei de Execuções Penais.

# TB

## TUBERCULOSE

INFORMAÇÃO E TRATAMENTO CURAM